

Data: 12/05/2024

Matéria: Sem reduzir conta de luz, acordo de Itaipu financia obras até em MS

Veículo: O Estado de S. Paulo

B6

ECONOMIA & NEGÓCIOS

DOMINGO, 12 DE MAIO DE 2024
O ESTADO DE S. PAULO

Energia Ligação indireta

Sem reduzir conta de luz, acordo de Itaipu financia obras até em MS

Governo não repassa ganho com quitação de empréstimos feitos para construção da usina, o que poderia reduzir tarifas em 30%

ALVARO GRIBEL
BRASÍLIA

O acordo celebrado entre Brasil e Paraguai envolvendo as operações da usina de Itaipu tem sido alvo de fortes críticas de entidades do setor elétrico. Em vez de baratear a conta de energia elétrica para os consumidores brasileiros, o governo optou por destinar recursos da hidrelétrica para obras e projetos que fogem do escopo da usina, como a construção de pontes, estradas e o financiamento de uma universidade, que não passam pela fiscalização do Tribunal de Contas da União (TCU) nem do Congresso brasileiro.

Depois de 50 anos, os empréstimos contratados pelo Brasil para a construção da usina foram totalmente quitados, em fevereiro de 2023. Para o setor elétrico, a redução dessa despesa deveria ter sido repassada totalmente para a conta de luz, o que faria a tarifa da usina para o consumidor cair cerca de 30% – de US\$ 16,71 o megawatt-hora (MWh) para menos de US\$ 12.

Segundo o presidente da Frente Nacional dos Consumidores de Energia Elétrica, Luiz Eduardo Barata, ex-diretor-geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), o fim dos empréstimos vai representar uma redução de custos de R\$ 2 bilhões por ano entre 2024 e 2026. No total, esses R\$ 6 bilhões poderiam tornar a conta mais barata, mas esses recursos serão usados para os mais variados projetos nos Estados de Mato Grosso do Sul e Paraná e até para o financiamento da Conferência das Na-

ções Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 (COP-30), que será realizada em novembro do ano que vem, em Belém do Pará.

“Não é função do consumidor de energia bancar gastos socioambientais. A nossa pro-

“O presidente Lula manifestou recentemente a preocupação com o custo da energia para os brasileiros. Pois, esse convênio segue no caminho inverso dessa preocupação”

Claudio Salles
Presidente do Instituto Acende Brasil

posta, que foi encaminhada ao Ministério de Minas e Energia, era ter essa economia de R\$ 2 bilhões por ano até 2026 reduzindo a conta de luz. Mas essa ideia parece que nem foi aven-

tada”, afirmou Barata.

‘INDECÊNCIA’. A especialista em energia e colunista do Estadão Elena Landau chamou a atenção para o problema na última sexta-feira. Em seu artigo, ela classificou como uma derrota e “indecência” o acordo para os consumidores brasileiros.

“A usina sempre fez gastos em projetos sociais, mas em torno da sua área de influência. Agora, estamos vendo gastos em todo o Paraná, Mato Grosso do Sul e até na COP-30, em Belém, no Pará. Se a noção de gasto socioambiental for ampliada, Itaipu vai ter de cuidar do Brasil todo”, afirmou Elena.

Até 2022, os gastos socioambientais de Itaipu contemplavam 54 municípios no Paraná e apenas um município em Mato Grosso do Sul. Já em 2023, com o término do pagamento dos empréstimos sem a redução da tarifa, o número saltou

para todos os 399 municípios do Paraná e para 35 em Mato Grosso do Sul. Na semana passada, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ainda anunciou que mais R\$ 1,3 bilhão será destinado a projetos de infraestrutura em Belém, para a conferência climática.

“O presidente Lula manifestou recentemente a preocupação com o elevado custo da energia para os brasileiros. Pois, esse convênio segue no caminho inverso dessa preocupação, ao fazer com que os consumidores de energia paguem na conta R\$ 1,3 bilhão que não deveriam pagar”, disse o presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Salles.

COMPONENTE POLÍTICO. Há ainda o receio de que um componente político esteja por trás desse aumento de gastos. O diretor-geral de Itaipu, Enio Verri, é ex-deputado federal pelo PT. Ele abriu mão do cargo para assumir a usina. Como Paraná e Mato Grosso do Sul são governados por políticos que fazem oposição ao governo Lula, esses recursos poderiam ser usados para melhorar a imagem do governo federal na região.

A presidente do PT, Gleisi Hoffmann, é também deputada federal pelo Paraná, e a primeira-dama, Janja da Silva, trabalhou na Itaipu Binacional. Parte desses recursos para gastos socioambientais, por exemplo, foi usada para a construção de abrigos para emas no Palácio do Alvorada.

Procurada, Itaipu afirmou em nota que a decisão pelo acordo foi tomada pelo Ministério de Minas e Energia (MME). O diretor-geral da Itaipu, Enio Verri, disse que abriu mão do mandato para dirigir a empresa e não tem pretensões políticas no cargo.

Em nota, o Ministério de Minas e Energia informa que, “sobre a tarifa, o referido termo tratou do valor referente a estes primeiros anos, além de apresentar uma perspectiva para depois de 2026. Ou seja, o termo mantém o (valor) fixado em US\$ 19,28 até 2026, mantendo o preço para o consumidor brasileiro, para depois reduzir na faixa de US\$ 10 e US\$ 12”. Ainda segundo o MME, “essa premissa será incorporada nas tratativas do Anexo C, que vai ser negociado até 31 de dezembro, para que não sejam adicionados gastos discricionários após 2026”.

O Ministério de Minas e Energia também acrescentou que, dentro da tarifa aprovada na resolução da Aneel, os gastos socioambientais estão mantidos. “É importante destacar que o governo brasileiro não optou por aumentar gastos sociais. Dentro das negociações com o Paraguai, ficou acertado que haveria aumento do lado paraguaio, mantendo no lado brasileiro a mesma tarifa do ano passado”, conclui a nota. ●

ESTADÃO

QUER RESULTADOS?
PUBLIQUE SEUS ATOS SOCIETÁRIOS NO ESTADÃO

ESTADÃO RI
DIVULGAÇÃO MULTIPLATAFORMA DE RESULTADOS FINANCEIROS E NOTÍCIAS DE EMPRESAS

CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL
(11) 3856-2442

ESTADÃO 107.3
ESTADÃO BLUE STUDIO
AGENCIA ESTADO
broadcast